



Guedes: Mercado de capitais tem honestos e também desonestos

Asbace pede poupança forçada

A instituição da poupança compulsória para empresas privadas, nos moldes do PIS e Pasep, para que os bancos estaduais possam dispor de mais recursos para cumprir a tarefa social que cabe aos bancos estaduais oficiais, foi o que defendeu, ontem, no encerramento do seminário sobre sistema financeiro nacional, o presidente da Associação Brasileira de Bancos Estaduais, Asbace, José Nuto, como proposta a ser incluída nos estudos que possam desenvolver o Congresso visando a uma reforma no setor financeiro.

Nuto acha que os bancos estaduais hoje estão com plena capacidade de dar um grande impulso no sentido do desenvolvimento social, depois de terem enfrentado uma séria crise institucional que se configurou com a liquidação de pelo menos 14 deles. "Os bancos, pressionados pelos governos estaduais, eram obrigados a aceitar saques em descontado do Tesouro do Estado, ficando forçados a fazer o mesmo em relação à reserva

bancária do Banco Central", lembrou ele, afirmando que, hoje, entretanto, a realidade é outra.

Com o fortalecimento da Asbace e a ameaça de liquidação de vários bancos associados, foi possível mudar a posição de dirigentes estaduais quanto à ação dessas instituições e à urgente necessidade de se respeitar sua limitação de caixa, comentou ele, ao assegurar que o setor hoje está totalmente saneado, apesar de ainda sofrer com a crise gerada pela dependência do Governo de se financiar no mercado financeiro.

A maior contribuição que os bancos estaduais podem emprestar à sociedade, no seu entender, é a concessão de crédito agrícola e financiamento de pequenas e médias empresas, com juros subsidiados. Para que cumpram este papel, no entanto, as instituições carecem de recursos, que podem ser conseguidos através de poupança compulsória a ser instituída pelo Governo em favor delas.